

Aos 15 dias de junho de 2021, realizou-se no auditório da Secretaria de Educação com os participantes conforme a lista de presença do livro. A reunião se iniciou às 09:20 com a Presidente Andréia Mendes, cumprimentando a todos e já convocando a leitura da ata que foi aprovada em plenária. Andréia justificou o motivo da reunião extraordinária, devido a pauta da prestação de contas e da ciência sobre o acolhimento institucional de 0 a 18 anos incompletos. Foi passada a palavra para o Júlio (SMDSC) que explicou com estava acontecendo o processo do chamamento público de acolhimento institucional e que fora surpreendido com uma notificação do Ministério Público para não dar sequência ao chamamento, que seria a etapa da transferência dos acolhidos para a instituição de Igarapé. Ele informou que foi notificado por volta das 20:30 da noite de sexta-feira e que segunda-feira foi elaborado a resposta para o mesmo, solicitando o aval para um possível aditivo para o Instituto São Jerônimo, ao qual se encontrava as crianças. Ao entregar o ofício para a instituição, a entidade se negou a receber o documento. Júlio ressaltou que a SMDSC teve que buscar alternativas para resolver a questão, já que as crianças estavam sob a tutela do município e era necessário resguardar as crianças. Foi encontrado a instituição ASSEP, do bairro Borba Gato em Sabará, próximo a divisa de Santa Luzia, aproximadamente 150 m, sendo que em cada passo foi dada a ciência para os órgãos competentes. Na quarta-feira, aconteceu a transferência dos acolhidos para a referida entidade, sendo que todos os trâmites legais foram feitos em caráter excepcional e emergencial, sendo assim fazendo a dispensa de chamamento público. Andréia complementou dizendo que foi propício a localização, já que a tendência era os acolhidos continuarem suas atividades escolares nas instituições que são matriculados. Dr. Alexandre que veio representando o Instituto São Jerônimo, alegou que a entidade recebeu o aditivo sem informações claras do que se tratava. Ele informou que como a instituição estava com encerramentos de contratos trabalhistas, não conseguiam aceitar por falta de tempo hábil para compor equipe novamente, pois houve a negativa. O mesmo mencionou que o instituto nunca se negou a receber crianças, que a entidade demonstrou incapacidade de infraestrutura para os acolhidos e que a entidade tentará prosseguir com suas atividades colaborativas com o conselho. Ele falou que na última reunião, havia cobrado uma transição de entidades com menos danos possíveis nas crianças e que não tinha acontecido dessa forma. Júlio informou que não houve leitura do aditivo por parte da funcionária Elizabete e que o juiz da vara estava ciente da situação. Andréia se manifestou para encerrar a discussão e seguiu para a próxima pauta passando a palavra para o Gleuber falar do fechamento de saldo do FIA dos aportes feitos em 2020. Romana solicitou para as instituições presentes, que mandem o plano de trabalho dentro do valor aportado, já que

Assinaturas:
Gleuber, Alexandre, [assinatura], [assinatura]

muitas entidades não fizeram o aporte de 100% do projeto. Luciene falou que houve alteração no plano de trabalho conforme orientação da Procuradoria Geral do Município. Romana apresentou os modelos enviados para os conselhos na plenária. Andréia sugeriu que levantasse quórum para definir o formulário como padrão, levantou se quórum e foi deliberado a favor. Luciene informou que dos 20% que seriam retidos para o recurso livre, haveria percentuais destinados a instituição de acolhimento e para o SINASE. Sem nada a acrescentar, eu Romana Cristina, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada por mim e por todos os participantes.

Ata.



